

A interface Currículo e “Ensino de” História: sentidos de currículo mobilizados na ANPUH (2011) e no Perspectivas do Ensino de História (2012)

*Marcella Albaine Farias da Costa
Marcus Leonardo Bomfim Martins¹*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo investigar os sentidos de Currículo que vêm sendo mobilizados nas produções acadêmicas que fazem a interface deste campo do conhecimento com o Ensino de História. Partimos do pressuposto de que o “ensino de” constitui-se como zona de fronteira e que possui uma especificidade epistemológica que permite diálogos promissores com o campo do Currículo. Dessa forma, privilegiamos e assumimos como recorte as primeiras produções publicadas na segunda década do século XXI que tenham sido apresentadas em eventos acadêmicos da área de História (ANPUH, 2011) e do Ensino de História (Perspectivas EH, 2012) que intencionem estabelecer relações com temáticas ligadas ao Currículo. Nesse sentido, sublinhamos a importância de LOPES & MACEDO e FERREIRA, GABRIEL & MONTEIRO como referenciais teóricos principais para a observação das teorizações curriculares que circulam e se fixam nas produções acadêmicas em ensino daquela área disciplinar.

Palavras-chave: Currículo, Ensino de História, ANPUH, Perspectivas EH.

The interface Curriculum and History “Teaching”: Senses of curriculum mobilized in ANPUH (2011) and Perspectives in History Teaching (2012)

Abstract: This study aims to investigate the meanings of Curriculum that have been mobilized in academic productions that make the interface of this field of knowledge with the History Teaching. We assumed that the history "teaching" was established as a boundary zone and that its epistemological specificity allows promising dialogues with field of Curriculum. Thus, we privilege a set of first productions in the second decade of this century which have been presented in academic events in the area of History (ANPUH, 2011) and the History Teaching (Perspectives EH, 2012) that seek to establish relationships with themes related to the Curriculum. Hence, we stress the importance of LOPES & MACEDO and FERREIRA, GABRIEL & MONTEIRO as main theoretical frameworks for the observation of Curriculum theories circulating and fixed in academic productions in the teaching of that subject area.

Keywords: Curriculum, Teaching History, ANPUH, EH Perspectives.

Artigo recebido em 29/04/2014 e aceito em 03/05/2014.

Introdução

A produção acadêmica em Ensino de História vem aumentando significativamente nos últimos anos. Esse movimento está refletido no aumento do número de programas de pós-graduação *lato e stricto sensu* nesta área, no aumento do número de simpósios temáticos dessa área em eventos acadêmicos de História e no aumento quantitativo e de relevância de eventos acadêmicos específicos do Ensino de História.

A Associação Nacional de História (ANPUH) realiza bianualmente simpósios nacionais e regionais que congregam uma enorme variedade de simpósios temáticos e que vêm crescendo a cada edição. Na edição nacional de 2011, a ANPUH contou com 130 simpósios temáticos, dos quais quatro possuíam no título o termo “Ensino de História”, enquanto outros faziam menção ao campo semântico do ensino. Já o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (Perspectivas EH) surgiu da necessidade que profissionais ligados ao Ensino de História sentiram de criar um espaço de diálogo entre a universidade e o ensino básico. Consideramos que a constituição de um espaço específico para discutir o ensino dentro de uma associação de História indica a existência de lutas por reconhecimento e legitimação deste espaço e dos sujeitos que nele circulam. O Perspectivas EH se organiza em torno de GTs.

A proposta deste texto é buscar, nas primeiras produções publicadas na segunda década do século XXI, trabalhos que intencionem estabelecer relações entre o Ensino de História e o campo do Currículo, com o objetivo de investigar os sentidos de currículo que vêm sendo mobilizados quando se pesquisa na interface entre essas duas áreas do conhecimento. Além desse objetivo principal, a análise da empiria constituída permitirá perceber que temáticas do Ensino de História têm sido trabalhadas no diálogo com áreas do Currículo, e o lugar social^{II} da produção acadêmica nessa interface, pois acreditamos que é importante sumariar os locais dessa produção (se é majoritariamente na área da História ou na área da Educação).

Dividimos este texto de acordo com cada um dos eventos selecionados. Na primeira parte serão analisados os textos apresentados no XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH, 2011), realizado entre 17 e 22 de julho na Universidade de São Paulo (USP). Na segunda parte, as produções analisadas serão as do VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (Perspectivas EH, 2012) realizado entre 02 e 05 de julho de 2012 em Campinas-SP. Consideradas as singularidades de cada um desses eventos acadêmicos, definimos como critérios de seleção de textos para constituir a nossa empiria a presença dos termos “Ensino de História” e “Currículo” no título *ou* nas palavras-chave. Essa opção parte do pressuposto de que a inclusão desses termos nesses espaços indica a intenção de marcar um lugar de fala, o que é uma opção política. É importante sublinhar que consideramos também as palavras e/ou expressões pertencentes ao mesmo campo semântico dos termos selecionados como, por exemplo, “história escolar”, “história ensinada”, “práticas curriculares”, “diretrizes curriculares”, “parâmetros curriculares”, dentre outros.

Nos Anais eletrônicos da ANPUH – 2011, os textos estão dispostos somente por ordem alfabética de autores, o que impede de saber em qual simpósio temático o texto selecionado, de acordo com os critérios estabelecidos, foi apresentado. Além disso, nos textos não há resumos e, conseqüentemente, palavras-chave. Dessa forma, os critérios

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

de seleção ficaram restritos ao título dos textos. Como o Perspectivas EH é organizado em GTs, optamos por fazer um recorte mais apurado, utilizando os critérios estipulados dentro do GT específico que propõe o diálogo com o campo do Currículo, qual seja, o GT10 – Ensino de História e Currículo.

Diálogos entre Currículo e “Ensino de” História: XXVI ANPUH

Considerando os critérios de seleção definidos por nós, foram obtidos seis textos que serão aqui analisados. A ordem de apresentação e análise segue o padrão de publicação desses textos nos Anais eletrônicos da ANPUH, ou seja, ordem alfabética dos autores.

O primeiro texto é o de Ana Maria Monteiro, intitulado “Tempo presente no ensino de história: mediações culturais no currículo”. O tema desse trabalho é o Tempo Presente no Ensino de História. A autora destaca que esse título corresponde a um projeto de pesquisa que tem por objetivo investigar as atribuições de sentido ao que é ensinado. Nesse sentido, a autora afirma que:

(...) abordamos a questão do ‘presente’ no ensino de história, no que se refere a aspectos epistemológicos integrantes e instituintes das explicações históricas realizadas pelos historiadores, e que são necessariamente recontextualizados e hibridizados (...) pelos professores nas aulas de história com aspectos relacionados às referências culturais - suas e de seus alunos, e do contexto sócio-cultural mais amplo - para tornar possível a atribuição de sentidos ao objeto de estudo, em disputa com outros sentidos possíveis, mas fora do controle e do espectro curricular^{III}.

Percebemos que embora o currículo não seja objeto principal de análise nesse texto, a autora trabalha com a questão da configuração cultural e da recontextualização de saberes no espaço escolar, reconhecendo, portanto, a escola como instituição produtora de conhecimento e não apenas com a função social de ensinar exclusivamente algo que lhe é externamente produzido.

Ao mobilizar estudos culturais em seu projeto de pesquisa, a autora tende a se afastar de concepções essencialistas de escola, de aluno, de docente e também de currículo, se aproximando do pós-estruturalismo que defende que a linguagem não representa a realidade, mas a constitui. Exemplificando: “aluno só pode ser entendido em relação a professor ou à aluna ou à pessoa não escolarizada, ou seja, em relação a sua diferença. Em cada uma dessas relações, cria-se um significado para aluno”^{IV}. No texto apresentado na ANPUH, Monteiro não utiliza autores do campo do Currículo, privilegiando pensadores da área da Teoria da História, como BLOCH, CERTAU, HARTOG, REIS e RICOEUR, e dos estudos culturais, entre os quais, HALL.

Na apropriação do conceito de Certau^V de lugar social, defendemos que o lugar de fala também compreende a formação do sujeito, uma vez que esta formação constitui-se como marca identitária. Dessa forma, informamos que Ana Maria Monteiro é graduada e mestre em História e doutora em Educação, sendo atualmente pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História (LEPEH/UFRJ), do Núcleo de Estudos de Currículo da Faculdade de Educação (NEC/UFRJ) e do grupo Oficinas da História. Além disso, atualmente é diretora da Faculdade de Educação da UFRJ e está em seu segundo mandato.

O segundo texto é “Concepção de história e ensino na proposta de reorientação curricular de Goiás, mudança ou permanência”, de Márcia Aparecida Vieira Andrade.

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

Este trabalho tem como tema central o Ensino de História na reforma curricular de Goiás ocorrida entre os anos de 2003 e 2006. A autora valoriza o currículo como um documento que representa a seleção e organização do que vale a pena ensinar, que possui um caráter político, e que congrega concepções de mundo e de sujeitos que se quer formar para o mundo, não sendo, portanto, neutro, mas formador de identidades. Andrade recorre à distinção entre currículo oficial (ou prescrito) e currículo oculto (ou vivido, ou real). Enquanto este seria o desenvolvido no espaço escolar, na sala de aula, considerando aspectos específicos do cotidiano, aquele seria o produzido pelo Estado.

A apresentação do lugar social da autora ajuda a compreender a opção política da sua concepção de currículo, pois a mesma foi membro participante do processo de reorientação curricular em Goiás. Atualmente é professora formadora P-IV - Secretária de Estado da Educação, além de ser graduada e mestre em História. Ao participar do processo de construção de um documento curricular oficial como integrante da equipe do estado, é pertinente que Andrade conceba as distinções entre os currículos e, em seu texto, procure legitimar o documento do qual fez parte da elaboração. Ela afirma que “o currículo proposto pela Reorientação Curricular do Estado de Goiás buscou um diálogo intenso com a rede (professores, coordenadores, diretores, subsecretarias e alunos) fazendo deste uma produção coletiva com múltiplos olhares e leituras sobre o processo de ensino-aprendizagem de história”^{VI}. A autora enfatiza ainda o prescrito ao afirmar que “é necessário intervir, propor novas diretrizes curriculares, capacitar os educadores para que possam colocar estes novos caminhos a disposição de seus alunos”.

Ao separar concepção e implementação e enfatizar o prescrito, o sentido de currículo presente no texto se alinha com as abordagens científicas do currículo que o concebem como aparato de controle social. A importância da escola para o desenvolvimento econômico do país e o destaque que a ela é dado como espaço de socialização de sujeitos, reforçam a crença nesta instituição como instrumento de controle social^{VII}. Quando ANDRADE aponta o currículo como orientação institucional que deve nortear o processo de ensino-aprendizagem de acordo com as convicções de quem o constrói, torna-se fácil perceber o viés estruturalista de sua análise e sua concepção verticalizada das políticas curriculares.

Defendemos que os documentos curriculares são “produções híbridas, cujas tentativas de fixação de sentidos também são contingentes e passam pela negociação obrigatória com dimensões além de seu contexto específico”^{VIII}. A construção da sua concepção de currículo está ancorada em autores como FORQUIN, APPLE e SILVA. Em relação ao Ensino de História, Andrade utiliza em seu texto autores que pesquisam sobre o conhecimento histórico escolar, como FONSECA e BITTENCOURT.

O próximo texto a ser analisado é de autoria de Maria Aparecida da Silva Cabral, intitulado “As disputas sociais em torno do que ensinar. Análise do currículo das séries iniciais do ensino fundamental e o ensino de história”. Neste texto, o tema central é o Ensino de História nas séries iniciais. CABRAL é graduada em História, e mestre e doutora em Educação. É também Professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, pesquisadora do grupo de pesquisa Niphei da FFP- UERJ e integrante da Coordenação do GT do Ensino de História e Educação Seção Regional Rio de Janeiro.

CABRAL se ancora em SACRISTÁN para delimitar sua concepção de currículo, visto por ela como um documento da cultura escolar que contempla a seleção do que deve ser ensinado. Esta seleção é feita na sala de aula e fora dela pelo professor a partir da definição da função social da escola no contexto histórico de produção, dos

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

pressupostos legais, e das demandas dos alunos (seus conhecimentos prévios e seu cotidiano). Na visão dela, este documento articula todas as práticas educativas. O texto de CABRAL se propõe a investigar as ressignificações feitas no contexto específico da sala de aula, por professoras das séries iniciais, das propostas curriculares oficiais para o Ensino de História. Além de autores do campo do Currículo, CABRAL dialoga também com BITTENCOURT e FONSECA que, como já mencionamos, atuam em pesquisas sobre o conhecimento histórico específico para o espaço escolar.

A autora advoga que o processo de ressignificação é uma seleção cultural feita pelo professor, contudo, esta seleção não é feita num vazio teórico-epistemológico, mas diversos fatores influenciam neste processo, como por exemplo, a função social atribuída à escola. Nesse sentido, afirma, de acordo com GOODSON, que o currículo é “uma construção social decorrente de intensos conflitos e negociações”^{IX}. Ao conceber o currículo como uma construção social marcada por tensões que envolvem disputas culturais, CABRAL atribui ao currículo um sentido discursivo, aproximando-se, portanto, de uma abordagem pós-estruturalista. Em LOPES e MACEDO^X, as autoras nos ajudam a analisar este sentido de currículo:

Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constrange nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. Trata-se, portanto, de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos oficiais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria. Claro que, como essa recriação está envolta em relações de poder, na interseção em que ela se torna possível, nem tudo pode ser dito.

O título do próximo trabalho a ser analisado, de autoria de Paulo Eduardo Dias de Mello, é “Um currículo num campo de tensões: a proposta curricular de história para o 2º grau da CENP/SP”. Como o próprio título sugere, o foco do trabalho é uma política curricular específica para a disciplina escolar História para o 2º grau (atual Ensino Médio) do estado de São Paulo. Em seu texto, MELLO faz a distinção entre currículo formal (ou prescrito) e currículo vivido e defende a centralidade do Estado na produção de um currículo oficial que legitime os conteúdos a serem ensinados, mas faz a ressalva de que este documento é interpretado, ressignificado e modificado nos contextos escolares. Ele afirma ainda que todo processo de elaboração e implementação curricular é permeado de tensões, disputas, acordos e rupturas.

Nesse sentido, o autor parece transitar entre as teorias crítica e pós-estruturalista para construir o arcabouço teórico-metodológico de sua pesquisa, pois ao mesmo tempo em que faz distinções entre currículos formal e vivido, elaboração e implementação curricular, que são típicas da análise estrutural, assim como a defesa da centralidade do estado na formulação de políticas curriculares, o autor sinaliza para a existência de ressignificações existentes no espaço escolar, como podemos observar no seguinte trecho:

(...) os currículos oficiais possuem a particularidade de se constituírem, independente das intencionalidades expressas por seus elaboradores, em falas institucionais localizadas no interior do poder estatal. Por esta mesma razão seu texto adquire um caráter normativo, oficial, e formal, indicando estratégias de legitimação e imposição de uma forma de conhecimento escolar. (...) o currículo formal não tem a força absoluta de imposição de suas prescrições, às quais a escola e os professores se curvariam sem resistência. Os currículo em sua elaboração e implementação portam processos informais

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

e interacionais nos quais aquilo que é legislado, é interpretado, subvertido e transformado^{XI}.

Retomando a questão da produção de políticas curriculares e as recontextualizações no momento da prática, defendemos que são as decisões políticas que constituem os sujeitos dessa ação, de maneira que consideramos tanto as limitações das estruturas discursivas como as possibilidades de ação do sujeito no sentido de desestruturar o que se encontra estabelecido hegemonicamente^{XII}.

Embora não faça o uso recorrente de citações de autores do campo do Currículo, MELLO cita-os como importantes teóricos do campo da História do Currículo e História das disciplinas escolares, com destaque para BITTENCOURT, CHERVEL, FONSECA, FORQUIN, GOODSON, MOREIRA, SILVA e MARTINS. Suas principais áreas de estudo são o Ensino de História, o currículo e a educação de jovens e adultos. É graduado em História e em Pedagogia, mestre e doutor em Educação, atuando como Professor Substituto na Universidade de São Paulo (USP), onde leciona a disciplina "Metodologia do Ensino de História I".

Roper Pires de Carvalho Filho é o autor do texto “Ensino de História - Políticas Curriculares, Saberes e Práticas Docentes” que também foi selecionado para análise neste trabalho. O tema trazido por CARVALHO FILHO é a articulação entre saberes docentes e políticas curriculares no Ensino de História.

Logo no início do seu texto, o autor deixa claro com que concepção de currículo ele trabalha. Ele utiliza uma definição de SILVA que afirma que o currículo é um artefato cultural que engloba desde seus aspectos explícitos aos aspectos menos visíveis nos processos de escolarização, que não fazem parte do aparato oficial, mas contribuem de modo implícito para a realização de aprendizagens sociais significativas. O autor também se ancora em GOODSON para sustentar sua concepção de currículo como artefato cultural, destacando as relações de poder que ocorrem no processo entre produção oficial de currículo e sua aplicação nas escolas, mostrando que este processo não é pacífico.

Embora o autor reconheça a importância da incorporação dos estudos culturais nas análises sobre o currículo, que o percebem enquanto uma prática discursiva e de enunciação, ele ressalta os limites dessa proposta destacando a impossibilidade de se afastar das abordagens críticas que assinalam as relações assimétricas de poder na elaboração do currículo. Dessa forma, o autor prioriza em seu texto a força das estruturas econômica e social nas disputas políticas em torno da construção do currículo escolar como podemos observar no trecho a seguir.

A compreensão de que o currículo é um território marcado pelas disputas em torno do direito de dizer o que é socialmente importante como discurso educacional, e de que o Estado por meio da formulação de políticas públicas para a educação busca se apropriar do discurso curricular, cuja gestão se dá por um lado, mediante a mobilização do seu aparato burocrático, e por outro lado, pelos próprios profissionais do ensino, pode permitir uma análise em retrospectiva das lutas travadas pelas classes e grupos em desvantagem econômica e social em torno da sua representação no currículo escolar^{XIII}.

O autor, em seu texto, faz outros deslizamentos entre as teorias críticas e pós-estruturais, quando afirma que professores e alunos participam da recontextualização das políticas educacionais / curriculares. CARVALHO FILHO trabalha com autores do campo do Currículo como GOODSON, HAMILTON, LOPES e SILVA, e autores que incorporam discussões do campo do Currículo com o Ensino de História, entre os quais,

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

BITTENCOURT, FONSECA e MONTEIRO. O autor é graduado em História e em Pedagogia, mestre em Educação e doutorando nesta mesma área. É diretor de escola na Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo e desenvolve pesquisas com os seguintes temas: Ensino de História, currículo em ação, formação de professores, práticas de professores, desenvolvimento profissional dos professores.

O último texto da ANPUH – 2011 a ser aqui analisado é “A escrita escolar da História da África e dos afro-brasileiros: as diretrizes curriculares e sentidos de “negro”, de autoria de Warley da Costa. O tema central do trabalho são os sentidos de “negro” nas Diretrizes Curriculares para o Ensino de História. Dessa forma, a autora trabalha com uma temática presente no currículo da disciplina escolar História articulada a uma política curricular específica: as Diretrizes Curriculares.

COSTA entende que o documento curricular é produzido politicamente pelo viés do discurso, que entende as políticas de currículo como espaço de disputas discursivas por hegemonia em torno do processo de significação que gera construções de significantes provisórios. Na construção de seu arcabouço teórico-metodológico, COSTA trabalha com autoras do campo do Currículo (GABRIEL, LOPES e MACEDO) que têm privilegiado a Teoria do Discurso (LACLAU e MOUFFE) em suas análises.

Dessa forma, seu texto assume uma perspectiva não essencialista e pós-estrutural. A autora defende que os sentidos de “negro” que circulam nas Diretrizes Curriculares permitem problematizar como as marcas discursivas das lutas hegemônicas travadas em torno do processo de significação mobilizam e recontextualizam diferentes matrizes historiográficas nos currículos de História. Destacando o lugar social dessa produção, Warley da Costa é graduada em História, mestre e doutora em Educação. É atualmente Professora Assistente de Didática Especial e Prática de Ensino de História da Faculdade de Educação da UFRJ.

Diálogos entre Currículo e “Ensino de” História: VIII Perspectivas EH

O VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (Perspectivas EH, 2012) foi realizado entre 02 e 05 de julho de 2012 em Campinas-SP. Ele aconteceu junto com o III Encontro Internacional de Ensino de História.

Conforme dito na apresentação do evento, disponível no *site* do mesmo:

O VIII Encontro Nacional PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA significa a continuidade de um projeto criado e implementado em 1988, pela Profa. Dra. Elza Nadai, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE USP, SP). O primeiro evento foi marcado pelo encontro de professores de história de todos os níveis de ensino e por debates, críticas, revisões curriculares na área do ensino de História e das trocas de experiências entre a Universidade e as escolas de educação básica. A partir de 1993, o "PERSPECTIVAS", como é conhecido, passou a coexistir com o ENPEH - Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História e os Encontros Nacionais e Regionais da ANPUH - Associação Nacional de História. Assim, os dois eventos específicos da área de Ensino de História têm sido realizados no Brasil, em diferentes instituições, com o objetivo de contribuir para o debate, o diálogo, a formação permanente de professores e pesquisadores na área do ensino de História^{XIV}.

Mantendo-se os critérios que já foram expostos acima, selecionamos, no evento em questão, um total de oito textos do GT10 – O Ensino de História e Currículo. Este

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

GT, que teve um total de 25 trabalhos apresentados, contou com a coordenação de Fabián Gonzalez Calderón (UAHC- Chile), Angela Ribeiro Ferreira (UEPG) e Aida Rotava Paim (SED/SC).

O primeiro trabalho por nós selecionado se intitula “As intencionalidades curriculares do Programa Educacional ‘São Paulo faz escola’ e a atmosfera cultural escolar: qual a distância?”. O resumo, além das palavras-chave, quais sejam, cultura escolar, currículo, políticas públicas, ensino médio e Ensino de História, nos dão as pistas para a compreensão mais direta das temáticas trabalhadas no texto. A autora, Ana Paula Giavara, possui graduação em História pela UNESP (Faculdade de Ciências e Letras de Assis). É mestre na área de Educação pela UNESP (Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília), com ênfase em Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira, tendo defendido em 2012 a dissertação “Entre o discurso e a prática: a implementação do currículo de História para o ensino médio no programa educacional São Paulo faz Escola”, na qual procurou analisar o currículo e o Ensino da disciplina de História, além das políticas públicas educacionais contemporâneas, atendo-se não apenas às legislações, mas também à sala de aula, mais precisamente à cultura escolar. Tem experiência na Educação Básica pública e privada como professora de História

No resumo de seu trabalho a autora explica que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo SEE-SP lançou em 2008 o programa educacional “São Paulo faz escola”, cujas ações direcionadas à uniformização educacional incluíram a divulgação de propostas curriculares e materiais didáticos para todas as disciplinas do ensino fundamental II e ensino médio públicos. Isso se deu ao buscar-se reverter os baixos desempenhos obtidos pela rede pública em recentes avaliações de rendimento escolar estaduais e nacionais. Assim, GIAVARA procura analisar os significados desta reforma educacional, mais especificamente no que tange à implementação de um novo currículo para a disciplina de História no ensino médio em duas escolas públicas estaduais do município de Assis - SP.

Apontando a cultura escolar como paradigma investigativo e tendo por base autores do campo da História das Disciplinas Escolares, cujas produções vão em defesa da escola como espaço de produção de conhecimento, a autora verificou a prática dos sujeitos educacionais no sentido de entender como distintas escolas, inseridas em conjunturas culturais igualmente diferentes, fazem a leitura e desenvolvem o plano de reforma curricular proposto pelo Estado. Ela vai contra a ideia de “engessamento” dos professores diante da divulgação de matrizes curriculares e materiais didáticos apostilados e defende o rumo no sentido de atribuir autenticidade à atuação dos sujeitos escolares – o que, ao seu ver, negaria a estanque uniformização do ensino pretendida pela SEE-SP.

Ao buscarmos responder àquela investigação de quais sentidos de currículos são mobilizados e fixados, percebemos, no texto em análise, que a autora trabalha em torno de uma discussão bastante cara ao campo curricular: a cultura escolar. Cita, portanto, as contribuições de CHERVEL, FORQUIN e JULIA, além de usar outros pensadores como BITTENCOURT, autora que investiga tanto o Ensino de História, como o Currículo. Dentro da temática escolhida, GIAVARA também tece diferenciações entre o que se chama de “currículo formal” – pré-ativo e “currículo real” – interativo.

O segundo texto escolhido é de Halferd Carlos Ribeiro Júnior. Halferd possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008) e curso-técnico-profissionalizante pelo Governo do Estado de São Paulo

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

(2000). Atualmente é Professor do Magistério Superior da Universidade Federal da Fronteira Sul, atuando principalmente nos seguintes temas: Joaquim Silva, Livros Didáticos, Sistema de Ensino Ginásial, Educação.

Seu texto se chama “O ensino de História no Sistema de Ensino Secundário Brasileiro – 1946 e 1961” e teve por objetivo discutir a especificidade do Ensino de História do curso ginásial no Brasil no recorte temporal ente 1946 e 1961, ou seja, entre o fim do Estado Novo e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Segundo o autor, tal período histórico tem como marca o aprofundamento das mudanças implantadas por Getúlio Vargas, com o interesse de aumentar a industrialização e urbanização do país. Sua inquietação central gira em torno de compreender como ficou organizado o sistema ginásial e a História enquanto disciplina escolar, frente à ampliação do sistema de ensino, o fortalecimento da universidade e das novas demandas sociais dos centros urbanos.

RIBEIRO JÚNIOR fala do ensino secundário e do currículo da História enquanto disciplina escolar, baseado num *corpus* documental composto por escritos de representantes do pensamento dos pioneiros da educação (Anísio Teixeira, Jayme Abreu e Guy de Hollanda) e na legislação que normatizou o sistema de ensino (Reforma Capanema, a Portaria Ministerial nº 966 de 1952, que foi responsável por reorganizar a organização curricular da disciplina História no Ensino Secundário). Já na conclusão de seu trabalho, o autor destaca que a educação histórica teve que se adaptar a essa realidade de mudança social, com a manutenção da estrutura organizativa herdada do período do Estado Novo, e tornando-se mais adequada para uma sociedade democrática.

Notamos que o autor trabalha no campo da História do Ensino de História e mobiliza a discussão sobre esta disciplina – cita, então, nomes como BITTENCOURT, CHERVEL, FONSECA e SIMAN. Em relação ao termo currículo, ele aparece nas palavras-chave e ao longo do próprio texto denotando conteúdos (de História), considerando-se o recorte temporal escolhido pelo autor. Como representante do campo curricular, consta nas referências o nome de SILVA e de sua obra clássica “*Documentos de Identidade*”.

Dando prosseguimento, escolhemos o texto “Tempo presente e ensino de história no Brasil: uma análise dos currículos escolares dos Anos Finais do Ensino Fundamental (2007 – 2012)”, de Jane Derarovele Semeão e Silva. Jane possui mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Especialização em História: questões teóricas e metodológicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduação em História pela mesma universidade. Atualmente é professora efetiva do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA-Ce) e coordenadora do Laboratório de Imagem, História e Memória (LABIHM). Afirma ter experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, História das mulheres, Ensino de História e História do Tempo Presente.

Segundo consta no resumo da autora:

A incorporação de acontecimentos próximos à experiência dos alunos faz parte do ensino histórico escolar desde finais do século XIX, compondo o denominado período contemporâneo. Embora a historiografia acadêmica até recentemente tenha evitado “historicizar” o presente, desde as últimas décadas do século XX assistimos ao crescente interesse dos historiadores pela história do seu próprio tempo. O surgimento de novas demandas sociais e o processo de “renovação” historiográfica explicam, em grande medida, essa mudança de atitude dos profissionais da história

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

em relação ao tempo presente. Da mesma forma, ajudam a compreender também a diminuição da distancia entre a ciência história e seu ensino na educação básica^{xv}.

Sendo assim, o seu trabalho informa sobre a pesquisa desenvolvida por docentes da Universidade Regional do Cariri (URCA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) a respeito das relações entre historiografia acadêmica e tempo presente nos currículos escolares. Procurou-se responder às seguintes questões: “A discussão acadêmica sobre tempo presente é incorporada nos currículos de história dos anos finais do ensino fundamental?” – em caso afirmativo, “de que forma ela é feita” e “como o tempo presente é abordado em temas de procedimentos teóricos, metodológicos e de função da história nos currículos?”. Foram analisados currículos de História produzidos pelos estados brasileiros de 2007 a 2012.

SILVA utiliza autores do campo da Teoria da História, como GUIMARÃES, HARTOG e KOSELLECK, além de BITTENCOURT que, como vimos nos trabalhos acima, tem sido recorrente pelas suas contribuições no campo do Ensino e do Currículo de História. Apesar de não haver referência direta a autores clássicos das teorizações do Currículo, este vocábulo aparece no título e nas palavras-chave.

Inferimos, sobretudo pela presença de textos oficiais (propostas curriculares, cadernos de orientação e reorientação curricular etc.), entendidos enquanto fonte, um sentido de currículo ligado a prescrição, ou seja, às propostas que são estabelecidas por órgãos como as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

“O lugar da História Local e Regional no Ensino de História: propostas curriculares atuais, prática docente e novas possibilidades” foi o nosso quarto texto selecionado. Tendo como palavras-chave “História Local e Regional”, “referencial identitário”, “proposta curricular” e “ensino”, o resumo do texto explica sobre a realização de uma pesquisa, na perspectiva de pesquisa-ação, com objetivo de contribuir com as reflexões sobre o lugar da história local e regional. Tal pesquisa insere-se no âmbito das atividades desenvolvidas no subprojeto de História, no Programa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no período de 2011/2013:

Segundo a autora:

Como ponto de partida, buscou-se o reconhecimento dos conteúdos previstos e orientações dadas quanto ao ensino da história local e regional nas propostas curriculares vigentes - PCNs (1997) e DCEs-PR (2008) e, nas matrizes curriculares do ensino fundamental – séries finais, correspondentes a tais propostas, em duas escolas da rede pública estadual de ensino. Mediante as mudanças constatadas, da inserção dos conteúdos referentes nas temáticas propostas, investigou-se junto aos professores de História atuantes nessas escolas, quais foram as mudanças ocorridas com a implantação dessas propostas e as dificuldades encontradas no ensino da história local e regional e, ainda quais as possibilidades de um ensino mais efetivo. A partir da análise dos dados, propôs-se a realização de um projeto de ensino, por meio de oficinas pedagógicas, desenvolvidas no contraturno escolar, com a finalidade de oferecer aos alunos um espaço de discussão sobre temas da história local, ligados aos aspectos remotos de origem da cidade e aos aspectos culturais mais recentes, como forma de oferecer elementos de um referencial identitário para os alunos, tendo em vista, a deficiência de subsídios para o tratamento de conteúdos voltados para a história local^{xvi}.

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

BUENO atualmente é aluna do curso de Especialização em Patrimônio e História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história local, história em quadrinhos, revista em quadrinhos, imigração italiana e material didático. Mais uma vez BITTENCOURT se fez presente nas referências bibliográficas, repetindo-se no presente texto aquilo que falamos para o anterior, qual seja, o predomínio e problematização de uma concepção de currículo ligada às propostas veiculados nos documentos oficiais (no caso do texto de BUENO são citados, por exemplo, os Parâmetros curriculares nacionais de 3º e 4º ciclos e os Parâmetros curriculares nacionais de Ensino Médio).

Ou seja, está posta – ainda que estas reflexões não estejam no cerne do trabalho, cuja centralidade gira em torno lugar da História Local e Regional no Ensino de História – a dimensão da prescrição e da implementação curricular “na prática”, ditada pela autonomia e poder de escolha docente. Nossa afirmação pode ser corroborada pelo trecho a seguir:

(...) na proposta do Currículo Básico do Paraná (1990), também consta que, cabe ao professor, selecionar os conteúdos que ele considera de maior relevância a serem tratados com seus alunos. Isto quer dizer que, **cabe ao professor**, de acordo com suas concepções teóricas e metodológicas **escolher com quais conteúdos se é possível traçar um paralelo com a realidade e como os alunos irão se identificar e se interessar pelas aulas** (grifo nosso)^{XVII}.

Maristela da Rosa e Norberto Dallabrida escrevem nosso próximo texto selecionado, chamado “Ensino de história para além do livro didático: a apropriação do currículo prescrito na reforma Capanema pela professora Eglê Malheiros”. Maristela da Rosa é Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), instituição na qual também cursa a sétima fase do curso de Pedagogia - Habilitação Orientação Educacional. Já Norberto Dallabrida possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio pós-doutoral na Université Rene Descartes, Paris V. Atualmente é professor concursado (efetivo) e pesquisador na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e docente de História da Educação no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação na UDESC. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino Secundário em Santa Catarina no século XX, Grupo Escolar em Santa Catarina, Escola Nova e Historiografia da Educação.

O estudo proposto pelos autores investiga o currículo prescrito para o Ensino de História na Reforma Capanema a partir da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário/1942 e tenta compreender como se deu a apropriação deste por Eglê Malheiros – catarinense, comunista, modernista e professora de História – que, em entrevista, teria afirmado que procurava desenvolver a capacidade crítica dos discentes para que fossem além do livro didático, entendido como uma “lista de datas e nomes sem contexto”. Os autores explicam que:

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

A concepção de apropriação é compreendida na perspectiva de Roger Chartier, segundo o qual um mesmo texto é um bem cultural que pode ser lido, interpretado, ressignificado e apropriado de diferentes formas por diversos leitores em variados contextos e lugares. O currículo prescrito é lido a partir de Tomaz Tadeu da Silva, segundo o qual, nas instituições escolares, este documento é um texto normativo que tem como finalidade listar os saberes a serem ensinados e as condutas a serem interiorizadas, com a intencionalidade de forjar subjetividades e identificações. (...) busca-se neste trabalho, ler um período histórico a partir de duas perspectivas, de um lado pela intencionalidade expressa na legislação em pauta e do outro, pelas memórias da atuação de uma professora^{XVIII}.

O trecho acima deixa em evidência o ponto de partida dos autores a respeito da discussão curricular. Além da menção à SILVA, constam o nome de CHERVEL como importante referência aos estudos sobre história das disciplinas escolares e, mais uma vez, o de BITTENCOURT sobre os debates de Ensino de História.

O próximo artigo intitula-se “O currículo do ensino de história: conteúdos e perspectivas”, de autoria de Simone Dias Cerqueira de Oliveira. Simone Dias possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), especialização em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Salgado de Oliveira-RJ e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). É professora efetiva do Centro de Educação Básica da UEFS e atualmente exerce a função de Coordenadora Geral na elaboração da proposta curricular do Ensino Fundamental de 9 anos da Rede Pública Municipal de Feira de Santana. Tem experiência na área de Educação escolar, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de História, currículo escolar, educação básica, pesquisa na educação.

É importante destacar que o texto completo não foi disponibilizado no CD do evento, o que nos impossibilitou de analisar em maior profundidade a concepção de currículo mobilizada pela autora, assim como as referências. Todavia, notamos que o termo “currículo” aparece como uma das palavras-chave. Conforme colocado no resumo:

No movimento de mudanças político-social e educacional do Brasil das últimas décadas do século XX, as finalidades do ensino de História exigiam outros conteúdos curriculares que acirraram e verticalizaram os debates sobre o que ensinar. Tendo como marco este contexto de mudanças, este artigo trata do currículo do ensino de História em escolas da rede pública municipal de Feira de Santana-BA – 5ª a 8ª séries – entre 1994 e 1999. Objetiva identificar e analisar conteúdos conceituais que podem demarcar rupturas com a tradição histórica do ensino da disciplina, destacando possíveis formas de sua organização curricular. Para tanto, as reflexões foram encaminhadas pelo cruzamento de discussões teóricas da área e diários de classe da disciplina em três escolas no espaço/tempo em foco. As análises da pesquisa se inserem no campo da História da Educação, particularmente nos estudos sobre a História do Ensino de História e **têm como referência teórica a Teoria Crítica do Currículo** (grifo nosso)^{XIX}.

A autora afirma ter por base as teorizações críticas do Currículo, entretanto, conforme dissemos, pela ausência do texto completo não pudemos saber quais leituras lhe serviram de referência direta. Seu resumo é concluído com a seguinte passagem:

Verificou-se que os conteúdos conceituais analisados estão diretamente relacionados com o marxismo econômico-social, selecionados e

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

organizados a partir da evolução dos modos de produção. A ampliação de dimensões da experiência humana, do eminentemente político para o econômico, social e cultural (esta de forma incipiente, mas presente), assim como do sujeito individual para o sujeito coletivo marcaram o currículo da disciplina, em contradição com a permanência do herói. Conclui-se que os conteúdos conceituais do currículo do ensino de História, mesmo dentro desta nova organização curricular, continuam fortemente ligados ao positivismo histórico. As perspectivas de mudança foram identificadas de forma isolada: marcas individuais de diferentes professores.^{XX}

O penúltimo artigo, “O uso social do currículo: relações entre o sucesso escolar de alunos de uma escola pública e o ensino de história”, traz os resultados da dissertação de mestrado desenvolvida sob o mesmo título e que procurou verificar qual relação os discentes de uma escola pública localizada na periferia de São Paulo estabelecem com o ensino da disciplina de História a ponto de serem bem sucedidos. A autora, Thalita Coelho Dantes, possui graduação em História pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) e mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atualmente é professora de ensino fundamental I do Colégio Jean Piaget, professora do Centro Universitário Lusíada e professora de ensino fundamental II e médio da Prefeitura Municipal de São Paulo. Pesquisa temas relacionados ao currículo e capital cultural, nas áreas de Educação, História e Sociologia.

DANTES coloca que a hipótese que orientou a pesquisa mencionada baseou-se “na possibilidade de rendimento do capital cultural, conforme proposto por Pierre Bourdieu, sugerindo que esses alunos em situação de sucesso se apropriariam dos conteúdos da disciplina de História como forma de conseguir algum uso social”^{XXI}. Foram utilizadas as contribuições de LAHIRE sobre “perfis familiares” para entender o investimento das famílias no que diz respeito à disciplina de História. No texto trabalhado nota-se a referência aos documentos oficiais como caminho para compreender o currículo prescrito da disciplina de História, seus objetivos (a nível federal e estadual) em termos de adequação e, portanto averiguando se ofereciam possibilidade de uso. Completa a autora:

Além da análise dos documentos, foram utilizados entrevistas e questionários sobre o capital cultural familiar e também para avaliar como os indivíduos extraem sua experiência educativa real, da relação que estabelecem com o conteúdo da disciplina na perspectiva do uso e das possíveis ações sociais previstas pelo documento produzido a nível federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais. A pesquisa observou que apesar da consonância de pressupostos e objetivos, tanto o PCN quanto a Proposta Estadual de São Paulo não permitem, pela ênfase no saber acadêmico e nas competências, que os alunos sejam sujeitos de suas aprendizagens e estabeleçam vínculos com a disciplina, considerando-a útil. Observou-se ainda que o desempenho dos alunos é correlato ao capital cultural e a posição social familiar^{XXII}.

A principal referência do campo curricular citada pela autora é APPLE, para quem “o currículo é carregado de ideologia que se relaciona ao saber escolar na medida em que forma parte nas estruturas de poder e na distribuição dos recursos econômicos, tal qual a distribuição do capital cultural dentro da classe”^{XXIII}. Cabe destacar que DANTES mobiliza o autor em diversas partes do seu texto.

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

O último artigo que ora trazemos se chama “Capoeira, Currículo de História e superação do racismo: potencialidades de diálogo no âmbito do Programa mais Educação”, de Vitor Andrade Barcellos. Vitor é professor de História da rede estadual em Niterói/RJ desde 2010 e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/FE-UFRJ. Atualmente, tem se dedicado aos estudos sobre currículo, Ensino de História, educação integral, relações étnico-raciais, cultura africana e afro-brasileira (destacadamente a Capoeira) e suas relações com o currículo escolar e políticas públicas para a área da cultura e patrimônio imaterial. Atua também na secretaria de organização não-governamental voltada para a articulação de mestres de Capoeira e a elaboração de projetos culturais.

As palavras-chave de seu artigo, cujo objetivo é analisar as possibilidades dialógicas entre o currículo de História e a capoeira (de forma a contribuir para a superação do racismo na educação escolar), são: “currículo”, “Ensino de História”, “racismo”, “capoeira” e “educação integral”.

BARCELLOS explicita que:

Em meio às tensões que emergem na contemporaneidade em torno da questão da diferença – neste caso, racial –, apostamos em disputas políticas que possam ser travadas no contexto discursivo das escolas onde estão colocadas atividades apoiadas por políticas de ampliação da jornada escolar. Defendo que o Programa Mais Educação, do Governo Federal, constitui-se em uma política de currículo a ser disputada, portanto um terreno para novas hibridizações e negociações de sentidos de “conhecimento escolar”, “negro” e “cultura negra” de maneira a propiciarem outras leituras e escritas de mundo, outras narrativas questionadoras das visões hierárquicas, etnocêntricas e racistas ainda hoje hegemônicas na sociedade brasileira^{XXIV}.

A respeito da sua problemática, prossegue o autor:

Problematizo a maneira como o referido programa caracteriza as relações entre o conhecimento escolar e os outros saberes (comunitários, populares, cotidianos) chamados a entrar nas escolas, apontando para outras possibilidades de leitura desta relação situada em meio às demandas de identidade e de diferença direcionadas à educação na contemporaneidade, através de interlocuções com as teorizações sociais do discurso (Ernesto Laclau), os Estudos Culturais e Pós-Coloniais (Hall, Bhabha, Canclíni, Gilroy) e uma perspectiva narrativista do campo da Teoria da História (Ricoeur)^{XXV}.

Além dos autores citados acima, BARCELLOS utiliza como referência do campo curricular GABRIEL, LOPES e MACEDO. Cabe mencionar que suas concepções se assemelham, por exemplo, àquelas trazida por COSTA – em texto publicado na ANPUH, conforme referenciamos na primeira parte do nosso trabalho – em defesa de uma perspectiva não essencialista e pós-estrutural do Currículo, cujos sentidos são sempre contingencialmente fixados.

Considerações Finais

Diante do exposto, a fim de que o término deste texto não seja procrastinado, vale apenas alguns breves comentários. Cabe destacar o esforço de busca, pesquisa e

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

escrita deste artigo que, caso não fosse feito de forma coletiva, tornar-se-ia ainda mais trabalhoso. Como pesquisadores inseridos no âmbito do Núcleo de Estudos do Currículo (NEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), esperamos que este trabalho possa, efetivamente, ter contribuído para análise e problematização da área do Ensino de História em sua interface com o campo do Currículo – o que procuramos fazer a partir de uma vasta gama textual e reconhecidamente atual.

Os textos selecionados do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH – 2011) mobilizaram sentidos diversos de currículo. Mesmo aqueles que trabalham com o sentido de currículo atrelado a uma estrutura, destacam a importância da incorporação dos estudos culturais neste campo, que percebem o currículo como espaço onde são travadas lutas por hegemonização de propostas particulares de significação de escola, de docência, de conhecimento, de aluno. As disputas travadas promovem vencedores contingenciais, uma vez que todo fechamento é provisório^{xxvi}. Percebemos também que as produções que intencionam marcar posição na interface entre currículo e Ensino de História são majoritariamente da área da Educação. São dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação que saem a maioria das produções acadêmicas que buscam articular o Ensino de História com o currículo. Sublinhamos, porém, que todos os autores analisados possuem formação inicial em História, e apenas uma autora não fala a partir da área da Educação. Quanto às temáticas, pudemos perceber que diversas temáticas foram mobilizadas, não permitindo a observação de uma tendência temática nos estudos que relacionem as áreas aqui privilegiadas.

Já as produções selecionadas do GT10: O Ensino de História e Currículo do VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História / III Encontro Internacional de Ensino de História também trouxeram importantes e distintos temas para debate, mobilizando e fixando diferentes sentidos de currículo, conforme pudemos ver mais detalhadamente. Aproximações – sejam de ideias ou de referenciais teóricos – também puderam ser observadas. A respeito do lugar social de seus autores, seguindo a tendência do que foi visto na ANPUH, a maioria possui formação inicial na área de História e pós-graduação (sobretudo, em nível de Mestrado) em Educação, o que corrobora o fato de que as pesquisas têm vindo mais do campo educacional do que da área de História propriamente dita. Vários são os trabalhos, contudo, que mobilizam autores da Teoria da História; isto nos permite concluir que, de certa forma, os campos têm dialogado.

Notas

^I Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ) e membros do Grupo de Estudos Currículo, Cultura e Ensino de História (GECCEH) do Núcleo de Estudos de Currículo (NEC/UFRJ).

^{II} Utilizamos o conceito de lugar social do historiador Michel de Certeau (1982) para designar o lugar de onde se fala quando se produz conhecimento na área do Ensino de História. As informações sobre os autores foram obtidas em seus currículos publicados na Plataforma Lattes do CNPQ no momento de produção deste texto, não correspondendo, necessariamente, ao momento de elaboração dos textos publicados nos eventos aqui privilegiados.

^{III} Ver MONTEIRO, 2011. *In*: Simpósio Nacional de História (26º.: 2011: São Paulo, SP). Anais do... / XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH; de 17 a 22 de julho de 2011, USP -- São Paulo, SP: USP, 2011.

^{IV} LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 39.

MARCELLA ALBAINE FARIAS DA COSTA E MARCUS LEONARDO BOMFIM MARTINS

^V CERTEAU, M. A Operação Historiográfica. *In*: CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

^{VI} Ver ANDRADE, 2011. *In*: Simpósio Nacional de História (26^o.: 2011: São Paulo, SP). Anais do... / XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH; de 17 a 22 de julho de 2011, USP -- São Paulo, SP: USP, 2011.

^{VII} LOPES, A. C; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Pulo: Cortez, 2011, p. 39.

^{VIII} LOPES, A. C. Políticas de Currículo: questões teórico-metodológicas. *In*: LOPES, A. C., DIAS, R. E., ABREU, R. G. (orgs.). **Discursos nas Políticas de Currículo**. FAPERJ, Rio de Janeiro: Quartet, 2011, p. 45.

^{IX} Ver CABRAL, 2011. *In*: Simpósio Nacional de História (26^o.: 2011: São Paulo, SP). Anais do... / XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH; de 17 a 22 de julho de 2011, USP -- São Paulo, SP: USP, 2011.

^X LOPES, A. C; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Pulo: Cortez, 2011, p. 41.

^{XI} Ver MELLO, 2011. *In*: Simpósio Nacional de História (26^o.: 2011: São Paulo, SP). Anais do... / XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH; de 17 a 22 de julho de 2011, USP -- São Paulo, SP: USP, 2011.

^{XII} LOPES, A. C; MATHEUS, D. S. Política de Currículo na escola: sentidos de democracia. *In*: LOPES, A. C., DIAS, R. E., ABREU, R. G. (orgs.). **Discursos nas Políticas de Currículo**. FAPERJ, Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

^{XIII} Ver CARVALHO FILHO, 2011. *In*: Simpósio Nacional de História (26^o.: 2011: São Paulo, SP). Anais do... / XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH; de 17 a 22 de julho de 2011, USP -- São Paulo, SP: USP, 2011.

^{XIV} Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/perspectivas/apresentacao.html>. Acesso 22 abr. 2014.

^{XV} Ver SILVA, 2012. *In*: Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (8^o.: 2012: Campinas, SP). Anais do... / VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História; de 02 a 05 de julho de 2012, UNICAMP -- Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

^{XVI} Ver BUENO, 2012. *In*: Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (8^o.: 2012: Campinas, SP). Anais do... / VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História; de 02 a 05 de julho de 2012, UNICAMP -- Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

^{XVII} *Idem*.

^{XVIII} Ver DALLABRIDA & ROSA. *In*: Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (8^o.: 2012: Campinas, SP). Anais do... / VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História; de 02 a 05 de julho de 2012, UNICAMP -- Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

^{XIX} Ver OLIVEIRA, 2012. *In*: Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (8^o.: 2012: Campinas, SP). Anais do... / VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História; de 02 a 05 de julho de 2012, UNICAMP -- Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

^{XX} *Idem*.

^{XXI} Ver DANTES, 2012. *In*: Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (8^o.: 2012: Campinas, SP). Anais do... / VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História; de 02 a 05 de julho de 2012, UNICAMP -- Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

^{XXII} *Idem*.

^{XXIII} Ver APPLE, 2006 *apud* DANTES, 2012. *In*: Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (8^o.: 2012: Campinas, SP). Anais do... / VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História; de 02 a 05 de julho de 2012, UNICAMP -- Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

^{XXIV} Ver BARCELLOS, 2012. *In*: Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (8^o.: 2012: Campinas, SP). Anais do... / VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História; de 02 a 05 de julho de 2012, UNICAMP -- Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

^{XXV} *Idem*.

^{XXVI} FERREIRA, M. S.; GABRIEL, C. T. & MONTEIRO, A. **Sentidos de currículo e ‘ensino de’ Biologia e História: deslocando fronteiras**. *In*: XXX Reunião Anual da ANPED.

Referências bibliográficas

CERTEAU, M. A Operação Historiográfica. *In: CERTEAU, M. A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (8º.: 2012: Campinas, SP). Anais do... / VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História; de 02 a 05 de julho de 2012, UNICAMP -- Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

FERREIRA, M. S.; GABRIEL, C. T. & MONTEIRO, A. **Sentidos de currículo e ‘ensino de’ Biologia e História: deslocando fronteiras**. *In: XXX Reunião Anual da ANPEd*.

LOPES, A. C. Políticas de Currículo: questões teórico-metodológicas. *In: LOPES, A. C., DIAS, R. E., ABREU, R. G. (orgs.). Discursos nas Políticas de Currículo*. FAPERJ, Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

_____;MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Pulo: Cortez, 2011.

_____;MATHEUS, D. S. Política de Currículo na escola: sentidos de democracia. *In: LOPES, A. C., DIAS, R. E., ABREU, R. G. (orgs.). Discursos nas Políticas de Currículo*. FAPERJ, Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

MACEDO. E. **Currículo: política, cultura e poder**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 6, n. 2, jul/dez 2006, pp. 98-113.

Simpósio Nacional de História (26º.: 2011: São Paulo, SP). Anais do... / XXVI Simpósio Nacional de História/ANPUH; de 17 a 22 de julho de 2011, USP -- São Paulo, SP: USP, 2011.